

# Kopp alega prejuízo

Da Agência Folha

**A** empresa gaúcha Eliseu Kopp & Cia Ltda., que instalou o painel eletrônico de votações no Senado, estuda a possibilidade de entrar na Justiça buscando indenização por abalo à imagem e lucros cessantes. Isso ocorreria após serem encerradas as investigações sobre a violação do sistema.

O processo teria como sustentação rompimentos contratuais que a empresa sofreu devido às informações sobre a violação do sistema no dia em que foi votada a cassação do ex-senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

De acordo com laudo da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o painel de votação foi alterado em 28 de junho de 2000. A Kopp deixara de prestar serviços para o Senado em maio do mesmo ano. Isso, segundo seu diretor-presidente, Irineu Kopp, a afasta de quaisquer responsabilidades da empresa no caso de violação das votações.

Ao ter o contrato encerrado, a empresa deixou a fonte (segredo) do computador com o Senado, a pedido deste, como a *Folha de S. Paulo* noticiou em 25 de fevereiro último. Usualmente, ela fica com a fonte dos clientes. O diretor comercial da empresa, Tironi Paz Ortiz, disse ontem, que o escândalo levou vários contratos a serem cancelados, o que resultou em prejuízos.

Um exemplo citado por ele é o da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, que, após o episódio do Senado, teria desistido de adquirir da empresa um painel eletrônico, cujo custo estava previsto em cerca de R\$ 1,5 milhão. "Ficou provado que a violação ocorre se há má-fé de quem administra o painel. Temos 26 anos no mercado e 250 empregados. Vamos esperar o desenrolar dos fatos para ver o que fazer", disse o diretor comercial.

## IMAGEM NEGATIVA

**O** presidente em exercício da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Claudio Baldino Maciel, partiu em defesa do Legislativo. Ele afirmou ontem que "o Congresso Nacional não pode, em hipótese alguma, ser confundido com alguns de seus membros que, ao longo dos anos, possam ter colaborado para uma imagem negativa da classe política do país". A declaração foi a propósito da crise po-

lítica gerada pelas denúncias de corrupção na Sudam, pelo episódio da quebra do sigilo do painel eletrônico do Senado e da constituição da CPI da Corrupção.

Para o presidente da AMB, é necessário investigar, identi-

ficar e punir "os que porventura tenham praticado atos incompatíveis com as funções delegadas pelo eleitor". A seu ver, o argumento de que as investigações, "inclusive por uma CPI", possam desestabilizar o processo político e blo-

quear a pauta de votações "não é suficiente para afastar a certeza de que, ao contrário, a correta investigação dos fatos que estão indignando a população é o que dará a necessária estabilidade institucional".